

PFL aprova voto de desconfiança a ministros, mas decide recuar

por Valério Fabris
de Brasília

A bancada do PFL na Câmara dos Deputados reuniu-se ontem manifestando apoio às declarações do ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, de crítica à política econômica do governo. O ministro afirmou anteontem, no programa "Bom dia Brasil", da Rede Globo, que o Plano Cruzado deixou de ser "um instrumento de política econômica para se transformar em instrumento de política partidária e eleitoreira".

A reunião da bancada, a rigor, havia sido convocada pelo líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço, para um debate acerca do regimento interno da Assembléia Nacional Constituinte. O próprio José Lourenço apresentou, durante o encontro, uma proposta no sentido de que o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, fosse convidado a expor um diagnóstico da política econômica do governo aos deputados.

O deputado Mendes Thame (SP), por sua vez, sugeriu que a bancada preferisse um "voto de desconfiança" à política econômica do governo. E, a essa proposta, acrescentou que o partido deveria pedir a "queda" dos ministros da área econômica. Incontinenti, José Lourenço encaminhou uma sumária votação — "os que se manifestam a favor, que permaneçam como estão". Considerou a proposição de Thame como aprovada.

Vários parlamentares procuraram convencer o líder do PFL na Câmara de que uma decisão de tamanha repercussão não poderia ser adotada de forma tão súbita. Um deles, Mesias Góis (SE), ponderou

que o assunto teria de ser submetido a um colegiado maior, a convenção do PFL. Depois de uma sequência de interpelações, José Lourenço decidiu convocar nova reunião da bancada, no prazo de uma semana, para debater a posição do partido em relação aos ministros da área econômica.

Os oradores sublinharam, todavia, que endossam as declarações de Aureliano Chaves. O deputado Aloysio Chaves (PA) chegou a redigir uma nota expressando o apoio ao ministro. Também foi manifestação unânime da reunião da bancada dos deputados que o PFL precisa definir o seu posicionamento político diante do governo federal. Tornou-se patente, entretanto, que o presidente Sarney conta com uma alegada solidariedade dos deputados do PFL.

Para o senador Guilherme Palmeira (AL), que está licenciado da presidên-

cia do partido, o depoimento de Aureliano Chaves representa um divisor de águas na conduta do PFL. Afirma que o partido, até então, apoiou incondicionalmente o governo da Nova República, sofrendo, por isso, uma expressiva derrota nas eleições estaduais. "Queremos, agora, igualdade de tratamento na comparação com o partido majoritário, o PMDB."

Isonomia significa, segundo Guilherme Palmeira, que os gestores da política econômica do governo (isto é, os ministros indicados pelo PMDB) atendam às reivindicações do PFL no que concerne a um conjunto de reformas, como a administrativa, a de privatização das empresas estatais e de saneamento do setor público com vistas à redução do déficit federal. "O governo precisa apresentar resultados práticos à população", disse ele.

"Sempre ficamos pacientemente à espera. O resultado disso foi 15 de novembro. O partido precisa ter voz", reiterou Guilherme Palmeira. O senador alagoano considera que é necessário que se encontre o tom político do PFL, inclusive em face das eleições municipais de 1988. O senador Nivaldo Machado, do

PFL pernambucano, aduziu que "as eleições municipais são a base para a revitalização do partido". O PFL tem 14 das 72 cadeiras do Senado e 118 das 487 cadeiras da Câmara. Elegeu um governador de estado, o de Sergipe.